

DOI: <https://doi.org/10.29327/560891.1-4>



# Políticas sociais com Antropologia?

## Histórias que se cruzam em um episódio do Observantropologia<sup>1</sup>

Camilla Iumatti Freitas

Stephanie Sacco

Patrícia dos Santos Pinheiro

Anatil Maux

---

<sup>1</sup> Em julho de 2021 mudamos. O *podcast* passou a se chamar Antropotretas e procuramos aprofundar a proposta de divulgação científica da Antropologia a partir de temas sensíveis e controversos que abordamos em nossas pesquisas. Para ouvir todos os episódios desde 2020, acesse: <https://pod.link/antropotretas>.

Por que, afinal, antropólogos se aventurariam em mídias sonoras como os *podcasts*? Dentro desse universo, qual o melhor formato para informar sobre as pesquisas em Antropologia? Quais temas um *podcast* de Antropologia deve abarcar? São questionamentos que nós, da equipe do Podcast Observantropologia, iniciativa de pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), fizemos no início de 2020. Esse ano que marcou a vida humana no planeta pela emergência de uma pandemia há muito não vista nessas proporções.

Cada uma da sua casa, propusemos uma sequência de quadros e episódios que reunissem professorias, estudantes, representantes de movimentos sociais e pessoas que participavam como interlocutories de pesquisa. Fizemos dois quadros: *Antropologia a conta-gotas e pílulas antropológicas*. O conta-gotas foi com estudantes que tiveram que repensar suas pesquisas por conta da pandemia, que foram chamados a debatê-las junto com convidadas especiais, em geral seus interlocutories. Percorremos temas como a cannabis medicinal, a patrimonialização da arte em barro, a cultura popular, o luto e a anemia falciforme e racismo. E em pílulas, a Antropologia tem sido apresentada por professorias que estudam temas como saúde, tecnologia e biossegurança, cuidado, saúde mental e políticas públicas de assistência social.

Com o tempo, vimos que dava para fazer mais, e foi quando os *Pop Up's*, quadro em que experimentamos poesias sonoras, começou. E foi em grande estilo, com o *epistáculo* (episódio-espetáculo) “Você já amou uma travesti?”. Nessa mistura de temas, formatos e personagens, buscamos sair do *antropologuês* e mostrar a importância da nossa disciplina para o entendimento do mundo - principalmente em tempos extraordinários como o que vivíamos. Assim, a primeira temporada do Observantropologia, que começou em maio de 2020, se encerrou com 16 episódios em dezembro deste mesmo ano, com o objetivo de divulgar o que é Antropologia e o que estudamos com ela.

Nossa primeira *pílula* foi gravada com o professor Pedro Guedes do Nascimento e se chama *Covid-19, políticas públicas e cidadania*. Foi ao ar em junho de 2020, reunindo dois temas centrais: o programa Bolsa Família e as suas *condicionalidades* e o auxílio emergencial em tempos de pandemia. Quando gravamos, a renda básica e o auxílio emergencial estavam em amplo debate no Brasil, porque muitas pessoas perderam sua fonte de renda durante a quarentena e precisavam

garantir seu sustento. Quem vivia do comércio de rua, de *bicos* e outros trabalhos informais não conseguia trabalhar de casa – em *home-office*. Até que o auxílio emergencial chegasse na mão dessas pessoas, elas estavam invisíveis ao Estado, mas expostas ao vírus. Assim, a cada dia que passava na demora dessa liberação e na falta de um plano de ação oficial para o combate à pandemia, as desigualdades sociais cresciam ainda mais.

Além de ser um tema importante para o debate público, esse episódio nos fez lembrar de nossas trajetórias como antropólogos, situadas atualmente no Nordeste brasileiro. Para contar como as pesquisas na Antropologia acontecem sobre e com as pessoas, além de abordar a pesquisa que Pedro compartilhou conosco, vamos fabular a partir de nossas experiências com políticas sociais, seja como pesquisadoras ou como gestoras. Para isso, recorreremos à ficção. Não no sentido de algo que não é real, mas sim para reunirmos, nas páginas que se seguem, situações que vivenciamos em momentos distintos. Outros nomes, outros lugares. Por vezes amargamente recordadas, por vezes nos dão fragmentos de esperança e inevitavelmente nos lembram que muito ainda há por fazer.

Pensar em políticas sociais, como antropólogos, aponta para a encruzilhada de vários caminhos. Da gestão das políticas públicas à universidade, da pesquisa aos movimentos sociais. E vice-versa, talvez. Ou ao mesmo tempo. Esses caminhos são cheios de bifurcações, de pedras, mas também de sombras que aliviam o calor, de cantinhos para descansar e tomar fôlego. Guiadas pela conversa com Pedro, apresentamos aqui um pouco dessa encruzilhada entre Antropologia e políticas sociais.

## **As políticas públicas e a cidadania pelo Bolsa Família**

Quem nunca ouviu uma história sobre alguma “injustiça” a respeito de quem recebe Bolsa Família, esse programa de renda mínima que beneficia mais de 13,9 milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade social? Relatos como *conheço uma pessoa que tem filhos só para receber o benefício, onde já se viu, ganhar o Bolsa Família e comprar cachaça?* ou *depois do Bolsa Família, ninguém mais quer trabalhar como empregada doméstica* mostram algumas das desconfiças que rondam o programa. São frases duras e que povoam o universo de críticas daqueles que imaginam que os beneficiários de programas como esse seriam *indignes, pouco trabalhadories, acomodades* etc.

Fazer pesquisa sobre políticas como o Bolsa Família, conta-nos Pedro Nascimento, é se deparar com esses julgamentos o tempo todo. No começo de sua pesquisa de campo como antropóloga, era comum confundirem seu papel de *pesquisadore* com o papel de *fiscalizadore* – papel que todo gestor de políticas públicas tem compromisso de cumprir. Afinal de contas, existem muitos julgamentos sobre o recebimento do benefício, cujo valor máximo pode chegar a R\$ 205,00.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004, tem vários critérios e obrigações para os participantes. Segundo suas diretrizes, ele é direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, e tem o objetivo de dar suporte para sair dessa situação de vulnerabilidade. Certo, mas como faz? Onde eu busco informação? Como sei se posso receber o benefício? Uma coisa são as condições colocadas pelo governo no papel e nas regras, e outra coisa é a realidade, o que acontece no dia a dia do programa. Para começar, trata-se de um *benefício de transferência de renda condicionada*. Quer dizer que existe um cálculo feito de acordo com o nível de renda de cada pessoa e a quantidade de pessoas na família. O valor que cada família recebe é depositado em uma conta bancária, que geralmente está no nome da mulher responsável pela família.

Existe uma série de requisitos a serem cumpridos para que elas continuem recebendo, as tais das *condicionalidades*: as crianças têm que estar devidamente matriculadas, com frequência escolar em dia, devem apresentar e registrar idas regulares ao posto de saúde e estar com o cartão de vacinação atualizado. Como dá para perceber, as *condicionalidades* estão focadas nas crianças. Mas é o envolvimento da mulher com as áreas da saúde e da educação que indicam se a família *deve ou não receber o Bolsa Família*. E há toda uma rede de vigilância. Entender de que modo essas contrapartidas interferem na vida das mulheres beneficiárias do programa, e como acabam regulando suas práticas para não perder o benefício, foi uma das coisas que instigou Pedro a pesquisar o Programa.

Seria o PBF uma *ajuda do governo* ou um direito? Afinal de contas, sua finalidade é que as mulheres possam cuidar dos filhos? Sobre qual ideia de cuidado estamos falando? Procurar entender como ele é encarado e vivenciado pelas pessoas em seu dia a dia é justamente um dos objetivos da Antropologia, e aí, uma infinidade de possibilidades surgem. Nessa corda bamba das regras e julgamentos, as pesquisas antropológicas sobre políticas sociais amplificam um olhar atento aos pontos de vista das beneficiárias sobre si.

No PBF, convive-se com a possibilidade da interrupção do benefício a qualquer momento. O medo de perder o recurso provoca certa vigília entre es próprias beneficiárias. As condições não mais são vistas como uma forma de favorecer o acesso aos direitos fundamentais de saúde e educação. Na verdade, estas condições se tornam pouco a pouco uma forma de controle e pressão relacionada à própria regulação das práticas na vida dessas mulheres caso deixem de cumprir as *condicionalidades*.

De fato, não há como negar que o PBF promoveu mudanças na ideia de política pública para a população brasileira mais vulnerável. Promove o engajamento nas instituições, a busca por informações, a articulação em redes de contatos e a autonomia das famílias através da capacidade de gerir, ao menos em parte, suas economias. Além disso, vale a observação de que esta política pública trouxe mais autonomia às mulheres. No entanto, o que esteve em foco em nossa conversa com Pedro foram os modelos de vigilância e controle acerca de um ideal de família, muitas vezes inexistente, focado num modelo que compreende mãe-pai-filhos. Somada a isso, a promoção da intersetorialidade, ou seja, a articulação de toda a rede social, educacional e de saúde, muitas vezes gera entraves e acentua desigualdades. É sobre isso a nossa história a seguir.

## **Cena 1 - A odisseia em uma Secretaria Municipal de Assistência Social**

Laura era uma jovem estudante de Ciências Sociais. A pouca grana para se manter estudando a levou a buscar um trabalho, e acabou conseguindo um cargo na prefeitura do Recife. Durante a semana, pegava o ônibus “Dois irmãos - Rui Barbosa” e aproveitava as quase duas horas de viagem no trânsito para realizar a leitura dos textos que seriam dados na aula. Ela gostava de cinema e política e se envolvia com um grupo de pesquisa sobre ditadura e violência. Leitura, escrita, pensamento crítico, curiosidade... são algumas das práticas que antropólogos (cientistas de modo geral) procuram incorporar no dia a dia e ajudam na sua formação, seja percorrendo estradas, seja assumindo cargos administrativos. Tudo isso era essencial para a vida de estudante de Laura.

Como gerente de medidas socioeducativas em meio aberto, Laura atendia adolescentes que cometeram alguma infração à lei, mas que estavam cumprindo medidas em meio aberto. Seu novo cargo ficava no departamento de políticas

sociais especiais. Laura dividia sala com a gerente municipal do Cadastro Único e Bolsa Família. Bárbara estava na área há muito tempo, e foi com ela que Laura conheceu de perto os trâmites burocráticos dos tais programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família. Ela aprendeu sobre as *condicionalidades*, como funcionam os desligamentos do programa, as documentações necessárias, a implementação de recursos financeiros, dentre outros. Logo cedo, passou a entender os caminhos percorridos pela população da cidade para acessar tais políticas, e foi se transformando assim em antropóloga, enquanto trabalhava e colocava em prática as políticas sociais.

Em uma manhã de terça-feira, durante o expediente na prefeitura, Laura recebeu uma visita inesperada de uma adolescente, um pouco eufórica, que se apresentou como Joana, pedindo para *ficar limpa*. *Ficar limpa* era o código que designava a pessoa que desejava se tratar da dependência do álcool e outras drogas. Foi a primeira vez que Laura se deparou com a *via crucis* da intersetorialidade. Logo ela, que, inspirada pelas leituras antropológicas, acreditava que as políticas dialogavam umas com as outras, ou seja, uma política social deve estar integrada com políticas de educação, saúde, trabalho, emprego etc. Além disso, políticas sociais, que devem estimular o bem estar e a distribuição mais igualitária de recursos, são eficazes quando permitem a participação da sociedade civil no processo todo, gerando uma compreensão mais ampla e integral dos seus efeitos. E isso era o que ela entendia como intersetorial.

O município, que se orgulhava pelo pioneirismo na implementação da redução de danos para atendimento a pessoas usuárias de álcool e outras drogas, não abarcava o atendimento a adolescentes menores de 18 anos. Joana, com 16 anos, morava num bairro popular da cidade de Recife. Era a filha mais velha de cinco irmãos que dependiam do Bolsa Família como alternativa ao desemprego. A retirada da adolescente da sua residência e o abrigo provisório numa unidade de atendimento a usuáries de álcool e outras drogas era seu pedido. E foi atrás dessas políticas que Laura se engajou.

*Ela tem comprometimento com o crack, caso tenha uma crise de abstinência não teremos equipe preparada nesta unidade. Precisa passar por um processo de desintoxicação*, era o que diziam es profissionais do único CAPS/AD para adolescentes. CAPS é a sigla para Centro de Atendimento Psicossocial; AD são centros específicos para pessoas comprometidas com álcool e outras drogas.

Laura, junto com Joana e seu pai, Sebastião, percorreu os centros de tratamento procurando saber onde Joana poderia ser acolhida pelo tempo necessário até que houvesse a segurança de retornar a sua casa. A única vaga que conseguiram foi em uma emergência psiquiátrica dentro de um hospital na zona leste da cidade, e a recepção aconteceu de um jeito violento. O psiquiatra que a atendeu mal esperou o relato da jovem iniciar para solicitar da enfermeira uma injeção. *Para ficar calminha*. Joana se sentiu abandonada por Laura, que lhe havia passado confiança durante o atendimento, mas que teve que a deixar internada por lá. Na medida em que Laura percebia a injeção começando a fazer efeito em Joana, um sentimento de impotência a tomou por completo. Uma internação compulsória-consentida que até hoje Laura se recorda com tristeza.

Joana se integrou no tratamento por um longo período e ficou “limpa”, como tanto queria. A questão passou a ser o desemprego. Sua família, que dependia do Bolsa Família, havia perdido parcela significativa diante do cálculo do recebimento mensal. Suas irmãs gêmeas não haviam conseguido vaga na creche e por isso não estudavam, sendo impossibilitadas de ter a comprovação necessária para o PBF.

Era chegada a hora de outra articulação que Laura precisaria fazer. O que poderia parecer fácil, tornou-se um grande desafio e a parceria com Bárbara foi fundamental para o religamento da família de Joana ao PBF, que na verdade dependia da liberação no sistema CadÚnico (o cadastro para programas sociais pelo Governo Federal). E como as crianças mais novas não estavam na escola, era impossível liberar aquela família no sistema. Ou seja, a própria política pública - a de educação, nesse caso -, tirou a possibilidade de auxílio de uma família em extrema vulnerabilidade. Laura precisou de seis meses e um sem-número de papeis assinados, telefonemas e *e-mails* para regularizar a situação da família de Joana. Mas já era tarde demais - eles já haviam voltado para o semiárido paraibano, de onde sua mãe, Fátima, era natural.

## **Cena 2: Nos confins do sertão, o auxílio emergencial**

Passaram-se oito anos, e muita coisa mudou na família de Joana. Assim como impressiona o arco-íris que aparece no horizonte comprido do sertão e o verde que brota tão logo a chuva dá sinal, de um passado duro também algumas coisas floresciam. Por sorte, o trabalho com a terra fez bem para a menina, que

hoje já é uma mulher. Ela casou-se com Joab, filho de uma prima de sua mãe, que também trabalha desde menino na cooperativa com sua mãe e sua sogra. Casaram-se bem jovencinhos, e estão crescendo a família: Joana está prestes a ganhar seu segundo filho.

O ano de 2020 foi um tanto maluco para a família. Assim como foi para todo mundo. Até março, tudo pareceu correr da mesma maneira de sempre. Os três morando na casinha de um cômodo que construíram assim que se casaram, no terreno da mãe de Joab. A vida era um pouco apertada, mas pelo menos eles não precisavam pagar aluguel. Entre o trabalho na roça de Joab, o trabalho de Joana com a cooperativa e o auxílio do PBF, eles conseguiam tirar uns R\$ 500,00 por mês. E isso fazia a vida ficar apertada, porque além de manter sua pequena família em crescimento, Joana precisava ajudar sua mãe e suas irmãs gêmeas. As meninas iam para a escola, mas seu pai, que há muito tinha ido pra São Paulo, já não conseguia ajudar a família.

Em meados de março, tudo mudou. A comunidade toda começou a ficar preocupada com as notícias que ouvia na rádio e na TV: um vírus, que vinha do estrangeiro, estava começando a se espalhar pelo Brasil. Logo a escola fechou e a zoadas das crianças tomou conta da comunidade. Todo mundo ficou mais guardado dentro de casa. O ônibus não circulava tanto, o comércio teve que fechar, e todo mundo ficou preocupado com a falta de trabalho.

Pouco tempo depois veio a notícia do auxílio emergencial. Ninguém queria ficar de fora e perder esse benefício - imagina só, ter uma renda de até R\$ 1200,00 por mês na família! Mais que o dobro do que muitas ali estavam acostumadas. Tódes começaram a fazer planos do que iam fazer com esse dinheiro, mas até ele chegar foi uma resenha. Tiveram que baixar um aplicativo de celular para receber o auxílio. Lá na comunidade, para pegar sinal de celular, tem que ter uma operadora de telefonia celular específica e ir embaixo da mangueira na esquina do mercadinho. Quem ia conseguir fazer esse cadastro? A sorte foi que a única vizinha que tinha internet por satélite em casa ajudou todo mundo a se cadastrar. Quase sempre era comum encontrar um mutirão de gente na sua porta. E depois do que pareceu uma eternidade, uma parte das pessoas recebeu o auxílio e outra se sustentou graças às contribuições que vinham da vizinhança. Na comunidade é assim: o que dá pra uma, dá pra todes.



Com a renda extra, Joana e Joab aproveitaram para fazer a reforma tão sonhada na casa deles. O que era só um cômodo, em 4 meses, virou uma casa com uma sala, uma cozinha, um banheiro e dois quartos. Mas enquanto isso, Sebastião, pai de Joana, em São Paulo, passava por um grande aperto. Ele não quis acompanhar a esposa para a roça, e acabou indo tentar a sorte na cidade grande. A sorte veio e foi embora várias vezes desde que chegou por lá. Às vezes, dava para mandar uma ajudinha para a família. Mas nos últimos anos, estava dando mesmo para sobreviver.

Logo que a pandemia começou, ele perdeu seu emprego. Era auxiliar de limpeza, e trabalhava para uma empresa terceirizada que prestava serviço para esses grandes escritórios corporativos da cidade. Ele ganhava um pouco mais que um salário mínimo e pagava R\$ 600,00 de aluguel numa *kitnet* no centro da cidade. O que sobrava, mal dava para fazer a feira do mês, quanto mais mandar dinheiro para família, ou fazer um pé de meia.

Desempregado, sua única saída foi sair do aluguel, e aceitar a situação de rua. Ele até conseguiu o auxílio emergencial, mas pagaria só o aluguel. E o resto? Desde abril, ele passa o dia em busca de um albergue para dormir, das comidas de doação nas igrejas e de um emprego para conseguir sair dessa situação. No dia que ele não consegue vaga no albergue, usa o dinheiro do auxílio em algum hotel barato do centro, ou para outras urgências. Ele não contou à família que estava na rua. Sabe que as coisas nunca são fáceis por lá, e não quis preocupá-las com a sua situação. Ele tem medo de pegar o vírus, adoecer e morrer sozinho. Mas tem esperança que essa fase vai passar e que ele vai se reerguer, conseguir um bom emprego e quem sabe até voltar para o Nordeste.

## **Nas encruzilhadas da vida, as histórias se conectam**

Foi no início da pandemia que essas histórias se cruzaram. Laura, aquela estudante de Ciências Sociais e gestora da prefeitura, a esta altura estava iniciando seu doutoramento na Universidade Federal da Paraíba. Para isso, largou o emprego e se mudou para João Pessoa. Mas a experiência como gestora na prefeitura ainda reverberava em seus pensamentos: lembrava dos casos que apareciam, das pessoas que chegavam pedindo ajuda, colocando suas realidades de vida, dificuldades ou sofrimentos. Para além de um cargo burocrático, Laura tornou o gabinete que dividia com Bárbara um espaço também de acolhimento e de escuta. Ela

pensava nas pessoas que passaram por lá. Como estariam Joana e tantas outras agora?

Como o auxílio emergencial foi intermediado pela Caixa Econômica Federal, esse sistema acabou se sobrepondo ao CadÚnico e toda rede do sistema único de assistência social. É triste pensar que muitas pessoas que poderiam ter sido identificadas e incluídas pela rede de assistência acabaram ficando de fora. Agora, se olharmos para as margens da sociedade, nem a própria sucessão de fatos ao longo dos tempos consegue dar conta da história.

Na universidade, Laura conheceu Paloma, que logo virou sua amiga musa inspiradora. Paloma também é antropóloga, vinda de outro estado, do Rio Grande do Sul. As duas trocavam figurinhas sobre suas memórias de casa. Suas vidas tinham sido tão diferentes! Mas quando conversavam sobre a pandemia e suas consequências, principalmente para pessoas em maior vulnerabilidade, suas experiências acabaram se tornando parecidas. Juntas, refletiram que o que a pandemia fez foi expor situações que eram até então pouco conhecidas, considerando um conjunto amplo de populações vivendo em condições precárias. E que estão fora da rede de assistência, dos cadastros, dos números. Ou porque não eram vistas ou porque não se percebiam como sendo alguém que poderia recorrer a alguma política por parte do governo.

Provocadas - e muito incomodadas - com a desigualdade social que viam em seu entorno, em suas pesquisas, na vida de seus colegas, elas decidiram entrar em ação. Reuniram um grupo de estudantes para realizar um projeto de ação social. O grupo passou a acompanhar diversas comunidades através de ações de apoio no combate à pandemia e acabou virando um projeto guarda-chuva de várias iniciativas, que incluiu também mídias sonoras como o *podcast*. E foi assim que aconteceu o último encontro dessa encruzilhada: o reencontro de Laura e Joana. Uma das comunidades atendidas pelo grupo era justamente a comunidade em que Joana residia, no semiárido paraibano.

## **Vidas refletidas em pesquisas antropológicas**

Uma das maiores contribuições da Antropologia na pesquisa e no desenvolvimento de políticas públicas, como o PBF ou até o auxílio emergencial, é que ela olha para as vidas das pessoas que são influenciadas por essas políticas. Como

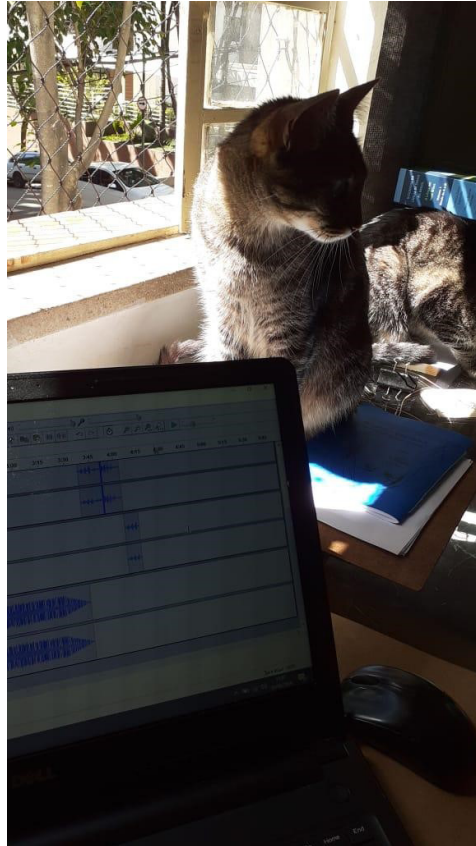
uma espécie de lupa analítica, antropólogos como Pedro Nascimento buscam saber o que acontece na prática quando se recebe - ou não - o auxílio desses programas. Essas pesquisas muitas vezes se transformam em teses, artigos acadêmicos, que embora importantíssimos, acabam não saindo da própria Antropologia. Com o *podcast* Observantropologia buscamos extrapolar essas fronteiras, e contar pro mundo, o que nós antropólogos fazemos, e como nossas pesquisas ajudam a criar outros mundos possíveis. Aqui, quando falamos sobre políticas públicas, ao olhar de perto como elas tocam a vida des pessoas, vemos com mais clareza o que mantém injustiças e as possibilidades de transformação social.

A história de Joana e sua família coloca vida às principais reflexões de Pedro Nascimento no seu episódio no nosso *podcast*. Desde os entraves burocráticos que sofreram por não conseguir cumprir as condicionalidades do Bolsa Família há quase uma década no Recife, até as dificuldades e as consequências do auxílio emergencial no semiárido paraibano. A pandemia não só escancarou, como agravou as desigualdades sociais no Brasil. Segundo Pedro, a corrida pelo auxílio emergencial mostrou que um terço do país é cronicamente ou frequentemente pobre, e que muita gente que não recebia nenhum auxílio social do governo, passou a precisar dele. Ela revelou também como existem muitos Brasis no Brasil, e as formas completamente diferentes de como Joana e seu pai experienciaram a pandemia ilustram bem isso. Enquanto ela e sua comunidade representam parte daquelas pessoas que não tinham acesso à internet, mas que acessaram o auxílio, seu pai, em São Paulo, acabou em situação de rua.

Trazer essas discussões para a Antropologia abre espaço para repensarmos os olhares que muitas vezes são cristalizados quando se pensa em políticas sociais de distribuição de renda. Quem, afinal de contas, são as pessoas que têm direito a esse tipo de benefício? Assim como o trabalho de pesquisa do Pedro Nascimento (2020), pesquisas como a de Cláudia Fonseca (1995, 2004) e de Cláudia Fonseca e Lúcia Scalco (2015), entre outras, nos ajudam a pensar como esses direitos são (ou não) cumpridos em contextos difíceis. Um risco, para eles, é que as políticas acabem partindo de generalizações que reduzem pessoas e histórias únicas e diversas.

As nossas experiências profissionais, que combinam a vivência em gestões públicas e organizações sociais com a prática acadêmica, inspiraram a construção da trajetória de Laura e de Joana e sua família, como uma forma de trazer à

tona dramas e percursos cheios de desigualdades, inclusive no acesso a algumas políticas sociais. Por outro lado, algumas delas, apesar de terem efeitos imediatos, apontam para dificuldade de pensar uma rede de assistência que poderia inserir a população mais vulnerável nesses direitos de um jeito mais permanente. Em uma situação política diferente da que vivemos com o congelamento de gastos públicos, até poderíamos pensar em um modelo de renda básica universal, como o próprio Pedro trata no episódio. Ele lembra da luta de Eduardo Suplicy, atualmente vereador de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, na defesa dessa renda básica universal, que, para ele, seria um princípio de liberdade e dignidade para todos. Tendo o básico garantido, talvez a trajetória de Joana na adolescência fosse outra. Ou seu pai não tivesse precisado se submeter a um emprego numa empresa terceirizada de limpeza, com quase nenhum direito trabalhista.



Áudios, bigodes, suor e pelos: editar a muitas vezes. A autoria: Thiago Oliveira

E o encontro com Laura fala desse lugar que por vezes ocupamos. Realizar pesquisa sobre e com pessoas, com organizações sociais, da academia à gestão, ou, como no caso de Laura, no caminho inverso, informa-nos sobre as tensões que buscamos apresentar no podcast Observantropologia. Joana, Joab, Fátima, Laura, Sebastião, Bárbara e Paloma são a combinação de várias pessoas que conhecemos em nosso dia a dia, seja dentro de instituições públicas ou nas leituras antropológicas. Elas existem. E resistem!

## Referências

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo: Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas*, 2015. p. 1-18.

CAIXA. Bolsa Família, [s.d.]. Página inicial. Acesso em: 29 nov. 2020.

DATASUS. Portal do Bolsa Família, [s.d.]. Página inicial. Acesso em: 29 nov. 2020.

FONSECA, Cláudia; SCALCO, Lucia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 21-37.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 58-63.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os egressos do Bolsa Família: quem são? Onde estão? Como vivem?. In: *Programa Bolsa Família: avanços alcançados, desafios colocados*. 39º Encontro da ANPOCS. Caxambu/MG, 2015.

NASCIMENTO, Pedro; LIMA, Márcia. O Bolsa Família tem ajudado muito a gente: usos das condicionalidades da saúde no Programa Bolsa Família. In: NEVES, Ednalva; LONGHI, Márcia; FRANCH, Mônica. (orgs.). *Antropologia da Saúde: ensaios em políticas da vida e cidadania*. 1. ed. Brasília/João Pessoa: ABA Publicações, 2018. p. 117-151.

OBSERVANTROPOLOGIA. Pílulas Antropológicas - COVID-19, políticas públicas e cidadania. João Pessoa: Observatório Antropológico, 15 de junho de 2020. Acesso em: 27 nov. 2020.



Acesse aqui a página do *podcast* Observantropologia na Rádio Kere-kere

**Camilla Iumatti Freitas** é antropóloga formada pela Universidade Federal de Alagoas, doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. É pesquisadora na área de saúde, corpo e gênero na perspectiva da antropologia feminista. *E-mail:* [milla.iumatti@gmail.com](mailto:milla.iumatti@gmail.com)

**Stephanie Ferreira Sacco** é internacionalista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em Sociopsicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e mestra em antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisa novas ruralidades e a relação entre ecologia, saúde e espiritualidade, além de trabalhar como consultora para projetos sociais. *E-mail:* [stephaniefsacco@gmail.com](mailto:stephaniefsacco@gmail.com)

**Patrícia Pinheiro** é professora visitante na Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Pesquisa a trajetória histórica do racismo e formas do seu enfrentamento, conflitos socioambientais e políticas de reconhecimento da população quilombola. *E-mail:* [patriciasantspinheiro@gmail.com](mailto:patriciasantspinheiro@gmail.com)

**Anatil Maux** faz doutorado em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisa políticas de drogas, consumo de substâncias psicoativas e ciência, a partir de sensibilidades metodológicas que tensionem modelos de distribuição de direito à vida. *E-mail:* [anatil@hotmail.com](mailto:anatil@hotmail.com)